

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Honda S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao exercício de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Resumo: No exercício de 2021 o Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 199,1 milhões, diminuindo um lucro líquido de R\$ 167,4 milhões no exercício de 2020. A variação no período foi decorrente da redução de despesas com intermediação financeira.

Títulos e Valores Mobiliários: Para a data base de 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía cotas subordinadas de dois

fundo de investimentos em direitos creditórios: "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Auto-Honda" e "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Moto-Honda", sendo essas cotas classificadas como disponíveis para venda. Índice de Basileia: O Banco calculou o índice em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 28,77% (28,25% em 31 de dezembro de 2020, conforme legislação vigente à época).

Gerenciamento de Riscos: Para atendimento ao requerido nas Resoluções 4.327/14 e 4.557/17, ambas do CMM, e da Circular 3.467/09 (BACEN), o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de

capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos.

Conforme Estatuto Social do Banco Honda S.A., a Assembleia Geral decidiu sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecendo os dispositivos legais. A sociedade poderá distribuir lucros, bem como declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação em vigor, cujo valor poderá ser imputado, líquido do imposto de renda retido na fonte, ao valor de dividendos obrigatórios.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

ATIVO		PASSIVO					
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante		2.321.291	2.783.532	Circulante		1.713.986	1.863.903
Caixa e equivalente de caixa				Passivos Financeiros			
Disponibilidades	4	5.469	9.534	Depósitos	1	1.239.011	1.157.288
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	322.011	659.644	Depósitos interfinanceiros	9	992.604	984.147
Aplicações em operações compromissadas		322.011	659.644	Depósitos a prazo	9	246.407	173.141
Ativos Financeiros				Recurso de acetes e emissão de títulos			
Títulos e valores mobiliários		80.324	290.873	Obrigações por emissão de letras financeiras		110.134	107.747
Cotas de fundo de investimento	4	343	573	Obrigações para empréstimos	11	251.627	447.221
Carteira própria	5	79.981	290.300	Obrigações para empréstimos		251.627	447.221
Instrumentos financeiros derivativos				Instrumentos financeiros derivativos			
Instrumentos financeiros derivativos	6	15.309	37.274	Instrumentos financeiros derivativos	6	5.499	20.769
Instrumentos financeiros derivativos		15.309	37.274	Instrumentos financeiros derivativos		5.499	20.769
Operações de crédito				Provisões			
Financiamentos - Setor privado	7	1.890.498	1.779.708	Provisões para contingências	13	745	-
Operações para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		2.068.923	1.948.489	Outras obrigações	12	75.982	130.878
Operações para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(178.435)	(168.781)	Coabrança e arrecadação de tributos assemelhados		1.860	22
Outros créditos				Fiscais e previdenciárias		35.272	94.834
Diversos	8	1.114	1.265	Diversas		38.850	36.022
Outros valores e bens		6.576	5.234	Passivos fiscais correntes e diferidos			
Bens não de uso próprio		9.331	8.669	Passivos fiscais correntes e diferidos	12	30.988	-
Provisão para desvalorização		(2.987)	(3.110)	Exigível a longo prazo			
Despesas antecipadas		232	75	Depósitos	9	708.539	947.971
Realizável a longo prazo		2.290.688	2.244.367	Depósitos interfinanceiros		501.053	785.205
Ativos Financeiros				Depósitos a prazo		207.486	162.766
Instrumentos financeiros derivativos	6	63.361	-	Recurso de acetes e emissão de títulos			
Instrumentos financeiros derivativos		63.361	-	Obrigações por emissão de letras financeiras	10	150.413	105.275
Operações de crédito				Obrigações para empréstimos	11	944.101	832.615
Financiamentos - Setor privado	7	1.920.544	1.877.571	Obrigações para empréstimos		944.101	832.615
Operações para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		2.017.450	1.977.982	Instrumentos financeiros derivativos			
Operações para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(96.906)	(100.411)	Instrumentos financeiros derivativos	6	3.778	78.155
Outros créditos				Instrumentos financeiros derivativos		3.778	78.155
Diversos	8	4.688	5.225	Provisões			
Diversos		4.688	5.225	Provisões para contingências	13	28.034	28.087
Ativos fiscais correntes e diferidos				Outras obrigações	12	14.898	18.081
Ativos fiscais correntes e diferidos	15c	302.095	361.571	Diversas		14.898	18.081
Pernamente				Resultados de exercícios futuros			
Investimentos		6	7.844	Resultados de exercícios futuros	14	498	2.923
Outros investimentos		6	6	Capital social	16	1.057.883	1.158.733
Imobilizado de uso				Reserva de lucros		524.387	524.387
Outras imobilizações de uso		1.127	1.195	Reserva de lucros		533.496	634.346
(Depreciação acumulada)		(741)	(612)	Total do ativo		4.622.130	5.035.743
Intangível				Total do passivo		4.622.130	5.035.743
Software		25.966	21.121				
(Amortização acumulada)		(16.207)	(13.866)				
Total do ativo		4.622.130	5.035.743				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2º Semestre		Exercício	
	Nota	2021	2020	2020
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito		75	525.557	917.384
Operações de crédito		75	393.372	778.428
Resultado de operações				
com título e valores mobiliários	5b	9.235	12.160	23.474
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6c	122.950	126.796	158.317
Despesas da intermediação financeira				
Despesas de captação no mercado		(203.411)	(377.234)	(566.455)
Despesas de captação no mercado		(68.316)	(122.118)	(154.214)
Despesas de obrigações por empréstimos	11b	(135.095)	(255.116)	(412.241)
Resultado bruto da intermediação financeira		322.146	540.150	428.099
Passivos Financeiros				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7e	(60.332)	(127.504)	(170.323)
Outras receitas/(despesas) operacionais				
Receita de prestação de serviços	17	37.215	69.449	75.647
Outras despesas administrativas	18	(114.146)	(210.429)	(167.264)
Despesas pessoais		(13.047)	(26.653)	(24.521)
Despesas tributárias		(17.772)	(34.295)	(27.751)
Outras receitas operacionais	19	21.960	166.652	213.279
Outras despesas operacionais	20	(9.293)	(18.392)	(31.586)
Resultado operacional		166.791	358.978	295.580
Resultado não operacional				
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(143)	232	103
Imposto de renda	15a	3.988	(38.389)	(68.504)
Contribuição social	15a	2.821	(31.207)	(53.242)
Ativo fiscal diferido		(90.826)	(90.464)	(6.524)
Lucro líquido do semestre/exercícios		82.631	199.150	167.413
Lucro líquido por ação do capital social		2,99	7,22	6,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre		Exercício	
	2021	2021	2020	2020
Lucro do semestre/exercício	82.631	199.150	167.413	167.413
Resultado abrangente total	82.631	199.150	167.413	167.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre		Exercício	
	2021	2021	2020	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro		231.100	497.403	475.778
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		166.648	359.210	295.684
Depreciações e amortizações		1.253	2.470	2.164
Despesa com provisões contingentes		2.636	8.342	6.773
Constituição de provisão para Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		60.332	127.504	170.323
Constituição/reversão da provisão para desvalorização BNDU		231	(123)	834
Varição de ativos e obrigações		(76.196)	(536.562)	(40.754)
(Aumento)/redução em operações de crédito		(259.140)	(281.256)	73.803
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens		(2.040)	(1.082)	2.977
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(752)	210.319	372.707
(Aumento)/redução em depósitos		(27.819)	(157.709)	(672.463)
(Aumento)/redução em recurso de acetes e emissão de títulos		153.870	47.524	(214.996)
(Aumento)/redução em obrigações por empréstimos		239.006	(84.107)	478.747
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		(148.760)	(131.042)	57.142
(Aumento)/redução em outras obrigações		(11.617)	(10.032)	(10.430)
(Aumento)/redução em resultado de exercícios futuros		(777)	(2.424)	(8.481)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.167)	(126.753)	(119.760)
Atividades operacionais - Caixa líquido proveniente/aplicado		154.904	(39.159)	435.024
Aquisição de imobilizado de uso		-	-	(2.245)
Aplicações no intangível		(41)	(2.769)	(3.200)
Atividades de investimento - Caixa líquido proveniente/aplicado		(471)	(2.769)	(2.565)
Pagamento de dividendos		(120.000)	(300.000)	-
Atividades de financiamentos - Caixa líquido proveniente/aplicado		(120.000)	(300.000)	-
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		34.433	(341.928)	432.459
Saldo de caixa e equivalentes no início do período		293.390	669.751	237.292
Saldo de caixa e equivalentes no final do período		327.823	327.823	669.751
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		34.433	(341.928)	432.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Honda S.A. (Banco, Instituição ou Banco Honda), autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas cartéis de investimentos e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações.

Adicionalmente, de acordo com o seu Estatuto Social, o Banco Honda S.A. é uma sociedade anônima, de capital fechado, a qual tem sua sede e fábricas no município de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua José Áureo Bustamante, nº 377, 3º andar, Bairro Santo Amaro, CEP 04710-090. A Honda South America Ltda. é sua acionista titular da totalidade do capital social.

O Banco Honda tem adotado medidas para minimizar os impactos aos seus clientes que foram mais expostos a súbita retração da economia, bem como, vem reavaliando suas estratégias de atuação e provisionamento para possíveis perdas de acordo com as atualizações das condições de mercado, alinhado com as boas práticas do mercado e das instituições financeiras. O Banco permanece atento às condições mercadológicas, sobretudo na possibilidade de agravamento das condições creditícias, visto o potencial arrefecimento do impacto do auxílio emergencial.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, subsidiárias do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN: (CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

Em 02 das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foi aprovada pela Diretoria a emissão de março de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Apuração do resultado
As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas considerando-se o critério por perda e despesas, com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas a termopostas correspondentes no período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b. Estimativas contábeis
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as pressuposições mensalmente.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
Conforme CPC 01 reconhecido pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos impairment. Os ativos são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado do período.

c. Ativo circulante e realizável a longo prazo
Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data de efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Títulos e Valores Mobiliários
Para os dois fundos de investimentos em direitos creditórios "Fundo de investimento em direitos creditórios Auto-Honda" e "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Moto-Honda", o patrimônio líquido corresponderá ao valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Adicionalmente, todos os recursos que os fundos possam receber, relativos a penalidades, indenização ou taxas compensatórias deverão ser incorporados ao Patrimônio Líquido.

(i) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda máxima). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas com o recebimento quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e o eventual ganho proveniente da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideradas suficientes para a administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7d.

Instrumentos financeiros derivativos
O Banco faz uso de swaps, os quais são classificados, de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não, registrados e mensurados a valor justo, como segue:
Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro-rata até a data do balanço.
No Exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco não houve operação de hedge accounting.
As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão (B3) e avaliadas a valor de mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas taxas referenciais da B3.

Ativos não Financeiros Mantidos para Venda
A partir de 01.01.2021, os bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução CMN nº 4.747/2019.
São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se basicamente por motos e veículos recebidos em forma de pagamento. Os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria.
Mensalmente efetuamos o cálculo de valorização e desvalorização dos bens da carteira de retomados.

Ativos e passivos fiscais diferidos
Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e de contribuições sociais. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. Entretanto, para a base de todas as diferenças temporárias tributáveis do Banco Honda com realização estimada a data de julho a dezembro de 2021, a contribuição social - CSL foi constituída a alíquota de 25%, de acordo com a medida provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSL do setor financeiro, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Ativos contingentes
O Banco não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Banco não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Despesas antecipadas
As despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito são reconhecidas no ato de sua contratação.

Outros ativos
São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro-rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

Resultados Recorrentes e não Recorrentes
As práticas contábeis para definição dos resultados recorrentes e não recorrentes foram efetuadas conforme Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, a qual, define as prerrogativas de descrição e evidencição nas demonstrações financeiras das instituições. Assim, foram considerados os seguintes critérios para resultados não recorrentes:
• Não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
• Não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

d. Ativo permanente
Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
• Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, é reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais sendo: sistema de processamento de dados 20%, veículos 20%, e demais equipamentos 10%
• Intangível representado por software requisitado com base nas orientações da Carta-Circular nº 3.357 do BACEN, com vida útil definida e cuja utilização trará benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

e. Passivo circulante e exigível a longo prazo
Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis as seguintes alíquotas:
• Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício.
• Contribuição social: 20% sobre o lucro tributável a partir de janeiro de 2020, conforme a emenda Instrução Normativa 1.942.

Passivos contingentes e obrigações legais
Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. As contingências passivas classificadas como perda provável são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.
As obrigações legais, cuja legalidade ou constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Resultados de exercícios futuros
Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

Outras passivas
Demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base pro-rata dia) incorridas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2021	2020
Disponibilidades		
Contas correntes bancárias	5.469	9.534
Aplicações interfinanceiras de liquidez		

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

e. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no período

	2º Semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial.....	267.989	269.192	248.942	248.942
Constituição/Reversão no período.....	60.332	127.504	170.323	170.323
Créditos baixados como prejuízo.....	(52.980)	(121.355)	(150.073)	(150.073)
Saldo final.....	275.341	275.341	269.192	269.192
Recuperação de créditos baixados.....	(20.169)	(39.477)	(30.088)	(30.088)

Os créditos reconhecidos no semestre foram de R\$ 11.962 e no exercício foram de R\$ 23.928 (R\$ 31.962 no exercício de 2020).

f. Resultado de crédito

	2º Semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Resultado de operação de crédito.....	393.372	778.428	812.763	812.763
	393.372	778.428	812.763	812.763

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Devedores por depósitos em garantia.....	2.784	2.784	3.298	3.298
Devedores diversos - País.....	2.881	2.504	2.504	2.504
Outros de renda a compensar.....	-	-	560	560
Imputos.....	137	129	129	129
	5.802	6.490	6.490	6.490
Circulante.....	1.114	1.265	1.265	1.265
Realizável a longo prazo.....	4.688	5.225	5.225	5.225
	5.802	6.490	6.490	6.490

9. DEPÓSITOS

Depósitos interfinanceiros

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Circulante.....	992.604	984.147	984.147	984.147
Exigível a longo prazo.....	501.053	785.205	785.205	785.205
	1.493.657	1.769.352	1.769.352	1.769.352
De 1 a 90 dias.....	418.016	360.447	360.447	360.447
De 91 a 360 dias.....	574.588	623.700	623.700	623.700
A vencer após 360 dias.....	501.053	785.205	785.205	785.205
	1.493.657	1.769.352	1.769.352	1.769.352

Depósitos a prazo

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Circulante.....	246.407	173.141	173.141	173.141
Exigível a longo prazo.....	207.486	162.786	162.786	162.786
	453.893	335.907	335.907	335.907
De 1 a 90 dias.....	9.275	36.780	36.780	36.780
De 91 a 360 dias.....	237.132	136.362	136.362	136.362
A vencer após 360 dias.....	207.486	162.785	162.785	162.785
	453.893	335.907	335.907	335.907

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a taxa média ponderada ao ano referente ao CDI 7,60% e ao CDB 9,17% (para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a taxa média ponderada ao ano referente ao CDI 6,39% e CDB 1,88%).

10. RECURSOS DE ACETES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Circulante.....	110.134	107.747	107.747	107.747
Exigível a longo prazo.....	150.413	105.275	105.275	105.275
	260.547	213.022	213.022	213.022
De 1 a 90 dias.....	-	107.747	107.747	107.747
De 91 a 360 dias.....	110.134	-	-	-
A vencer após 360 dias.....	150.413	105.275	105.275	105.275
	260.547	213.022	213.022	213.022

As letras financeiras são classificadas por prazo de vencimento contratual, efetivadas dentro da regulamentação vigente, indexadas às taxas médias pós fixadas de 103,27% do CDI (média de 103,55% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

11. OBRIGAÇÕES PARA EMPRÉSTIMOS

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A. (Banco MUBFG Brasil S.A.), Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e Banco Mizuho do Brasil S.A. O saldo em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 1.195.728 (R\$ 1.279.836 em 31 de dezembro de 2020) e é composto por financiamentos acessíveis de variação cambial (dólar) para essas operações. As obrigações para empréstimos do Banco têm operações com o último vencimento em dezembro de 2023 e com taxas pré que variam entre 0,7045% a 2,15% ao ano.

a. Composição das obrigações por empréstimos por prazo de vencimento

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Circulante.....	251.627	447.221	447.221	447.221
Exigível a longo prazo.....	944.101	832.615	832.615	832.615
	1.195.728	1.279.836	1.279.836	1.279.836
Até 90 dias.....	-	264.813	264.813	264.813
91 a 180 dias.....	251.627	182.408	182.408	182.408
A vencer após 360 dias.....	944.101	832.615	832.615	832.615
	1.195.728	1.279.836	1.279.836	1.279.836

b. Despesa de obrigações por empréstimos

	2º Semestre		Exercício	
	2021	2020	2021	2020
Despesa de obrigações por empréstimos.....	(135.095)	(255.116)	(412.241)	(412.241)
	(135.095)	(255.116)	(412.241)	(412.241)

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Fiscais e previdenciárias (i).....	35.272	94.834	94.834	94.834
Credores diversos - País.....	25.342	23.049	23.049	23.049
Taxa de registro - Alienação a pagar.....	13.831	18.293	18.293	18.293
Seguros sobre financiamento.....	3.653	3.795	3.795	3.795
Comissão a Pagar.....	2.357	2.456	2.456	2.456
Valores a pagar às sociedades ligadas.....	3.379	2.158	2.158	2.158
Bônus a pagar.....	2.289	1.924	1.924	1.924
Contas a pagar.....	1.067	299	299	299
Despesas de pessoal.....	1.795	1.587	1.587	1.587
Outras.....	1.895	564	564	564
	90.880	148.959	148.959	148.959
Circulante.....	75.962	130.878	130.878	130.878
Exigível a longo prazo.....	14.898	48.188	48.188	48.188
	90.880	177.046	177.046	177.046

(i) Referem-se, principalmente, à provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, e imposto passivo diferido sobre resultado de exercícios futuros.

13. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco possui processos de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, decorrentes de discussões por parte das autoridades fiscais de reclamações de administração e ex-empregados ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões. Na opinião da Diretoria e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Contingências cíveis (i).....	9.946	9.125	9.125	9.125
Contingências trabalhistas (ii).....	18.088	18.450	18.450	18.450
Contingências tributárias (iii).....	745	512	512	512
	28.779	28.087	28.087	28.087

(i) Referem-se às ações judiciais movidas contra a empresa decorrentes de contratos comerciais.

(ii) Referem-se às ações movidas contra a empresa por ex-empregados cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e demais verbas.

(iii) Referem-se principalmente a tributos que estão em discussão na esfera judicial.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui depósitos judiciais no montante de R\$ 2.784 (R\$ 3.298 em 31 de dezembro de 2020) os quais estão relacionados a estas contingências.

a. Movimentação das provisões para contingências

	Exercício 2021		Saldo final
	Adição / Atualização Monetária	Utilização	
Contingências cíveis (i).....	9.125	5.779	9.947
Contingências trabalhistas (ii).....	18.450	2.330	18.087
Contingências tributárias (iii).....	512	233	745
	28.087	8.342	28.779
	28.087	8.342	28.779

	Exercício 2020		Saldo final
	Adição / Atualização Monetária	Utilização	
Contingências cíveis (i).....	9.692	4.130	9.125
Contingências trabalhistas (ii).....	17.926	3.102	18.450
Contingências tributárias (iii).....	27.395	144	512
	54.013	7.376	28.087

(i) Referem-se a ações judiciais movidas contra o Banco que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de crédito, sendo em sua maior parte do tipo especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

(ii) Referem-se a processos trabalhistas em sua maioria a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações relativas às reclamações de direitos trabalhistas.

(iii) Referem-se em sua maioria a processo tributário sobre a diferença do Índice de Contribuição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Em 31 de dezembro de 2021 o Banco possui um total de R\$ 11.592 para processos tributários, sendo R\$ 11.136 discutidos na esfera judicial e R\$ 456 em discussão na esfera administrativa cujos riscos de perdas foram classificados como possível (R\$ 2.460 em 31 de dezembro de 2020).

14. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se a receitas de subsídios de operações de crédito reconhecidas antecipadamente no montante de R\$ 498 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.923 em 31 de dezembro de 2020) que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamento.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação.....	359.210	359.210	295.684	295.684
Adições temporárias.....	131.064	131.064	197.462	197.462
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	9.155	9.155	4.698	4.698
Provisão para contingências.....	119.757	119.757	51.238	51.238
Marcação ao Mercado de derivativos.....	67.127	67.127	42.186	42.186
Outras comissões e bônus.....	8.562	8.562	22.527	22.527
Outras adições.....	-	-	-	-
Exclusões.....	(3.561)	(3.561)	(27.138)	(27.138)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(193.520)	(193.520)	(151.006)	(151.006)
Créditos recuperáveis.....	(41.806)	(41.806)	(38.168)	(38.168)
	393.372	778.428	812.763	812.763

DIRETORIA

MARCOS ZAVEN FERMANIAN Diretor Presidente	RODRIGO NOBORU GONDO Diretor Vice-Presidente	TSUKASA ITO Diretor	ISSAO MIZOGUCHI Diretor	CRISTIANO YUKIO MORIKIO Diretor	ATSUSHI FUJIMOTO Diretor Executivo	ELVIS FLAUSINO GONÇALVES T.C. CRC TSP206096/O-8
---	--	-------------------------------	-----------------------------------	---	--	---

...continuação

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Reversão/Utilização da provisão para contingência.....	(14.008)	(14.008)	(10.507)	(10.507)
Marcação ao Mercado dos derivativos.....	(202.922)	(202.922)	(50.284)	(50.284)
Reversão comissão e bônus.....	(66.860)	(66.860)	(41.116)	(41.116)
Outras exclusões.....	(12.513)	(12.513)	(13.415)	(13.415)
Valor-base para tributação.....	159.687	159.687	282.109	282.109
Alíquota-base.....	23.953	31.415	42.316	53.429
Alíquota adicional.....	15.945	-	28.187	-
Incentivo.....	(958)	-	(1.350)	-
PAT.....	(291)	-	(294)	-
Ajuste de períodos anteriores.....	(260)	(208)	(355)	(187)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	38.389	31.207	68.504	53.242

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
IRPJ e CSLL devidos no período.....	(38.389)	(31.207)	(68.509)	(53.429)
Realização do crédito tributário diferido.....	(57.525)	(51.150)	(29.573)	4.213
Constituição do crédito tributário diferido.....	4.533	13.678	33.812	(48.514)
Ajustes de períodos anteriores.....	-	-	(255)	(65)
Total de imposto de renda e contribuição social.....	(91.381)	(68.678)	(72.543)	(96.735)

c. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições temporárias:				
Créditos baixados como prejuízo.....	295.570	359.570	479.231	479.231
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	375.341	275.341	269.192	269.192
Provisão para contingências.....	3.766	31.766	31.197	31.197
Outros.....	4.646	4.646	4.379	4.379
Marcação a Mercado – Swap.....	(68.862)	(68.862)	19.492	19.492
Total da base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	602.461	602.461	803.491	803.491
Total dos créditos tributários.....	500.166	120.492	200.874	160.697

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos" no realizável a longo prazo e "passivos fiscais correntes e diferidos" no curto prazo.

d. Movimentação da base dos créditos tributários

	Saldo em 31/12/2020		Constituição / Reversão		Realização		Saldo em 31/12/2021	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Créditos baixados como prejuízo.....	479.231	123.427	-	-	(243.088)	359.570	-	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	269.192	22.774	(16.625)	275.341	-	-	-	-
Ações trabalhistas.....	18.950	2.188	(2.251)	18.088	-	-	-	-
Ações contrárias.....	9.126	2.071	(1.249)	9.948	-	-	-	-
Marcação a Mercado Derivativos.....	19.492	24.409	(112.763)	(68.862)	-	-		